

*Luca Bussotti*

## **Democracias africanas entre liberalismo e neo-autoritarismo. Entrevista com o Prof. Federico Battera**

*Ao longo dos últimos 20-25 anos, as democracias africanas sofreram um processo dicotómico: algumas delas estabilizaram-se, com exemplos de países – último o Botswana – que viram as derrotas de partidos históricos que sempre governaram o país passar à oposição, com uma transição pacífica, rápida e tranquila. Em outros casos, se afirmaram modelos neo-autoritários, em que as eleições desempenharam um papel meramente confirmativo, ou plebiscitário. Nesta entrevista, o Prof. Federico Battera explica como este processo aconteceu, e quais as perspectivas futuras para democracias ainda não consolidadas, tais como a de Moçambique. A entrevista foi feita em Trieste, onde o Prof. Battera desempenha as funções de Professor Associado, dando aulas de História da África, e onde o entrevistador passou um período de um mês como Visiting Professor, colaborando com o Prof. Battera.*

**Em 2010 o Prof. Battera escreveu um importante livro sobre a estabilização das democracias em África. Desde então, acha que algo mudou no cenário político do continente?**

Fundamentalmente não mudou muita coisa, ou seja, os processos de democratização se deram ao longo da década de 1990, portanto os países que se democratizaram o fizeram nesta altura, refiro-me, por exemplo, ao Gana, Zâmbia, África do Sul e outros. Depois de 2010, esta é a minha hipótese, se consolida a diferenciação, em África, entre países com democracias maduras, liberais, olhando para a Europa Ocidental e os Estados Unidos como modelo político, e países com regimes autoritário, ou semi-autoritários ou neo-autoritários, em que, contrariamente aos autoritarismos da guerra fria, centrados num só partido, aqui o partido hegemónico tolera uma oposição, na medida em que esta não ameaça seriamente quem detém o poder. Este autoritarismo “mitigado” – tipo o que acontece hoje na Rússia – faz com que as oposições não estejam nas condições de competir em pé de igualdade com o partido dominante. Portanto, as eleições têm um carácter plebiscitário, ou meramente confirmativo para o partido e para o presidente no poder há muito tempo. Fica difícil sair deste esquema binário; mesmo países que tinham saído dele, tais como o Burquina Faso, mediante a participação popular e os protestos de massa recaíram em formas autoritárias, neste caso através de um golpe de estado.

**Muito bem. Entretanto, houve casos, recentes, tais como Zâmbia, Senegal, África do Sul, Botswana em que as oposições conseguiram ganhar, ou pelo menos minar as fundamentas do partido dominante (caso do ANC na África do Sul). Qual é a leitura que faz desta evolução democrática nestes e em outros países africanos?**

Estes casos que menciona confirmam o que já dissemos: tais factos ocorrem em contextos já democratizados. O Zâmbia já tinha experimentado uma mudança de governo com a

transição democrática de 1991 e depois em 2011. A alternância na liderança do governo em 2021 confirma a existência de uma democracia consolidada, apesar de este país ter havido problemas no relacionamento entre as oposições e o governo central liderado pelo Patriotic Front. Mas em 2021 não houve problema nenhum, por parte de Lungu, candidato presidencial do Patriotic Front, em aceitar a derrota. Botswana e África do Sul eram democracias consolidadas, mas em que um único partido sempre tinha ganho as eleições: African National Congress no caso sul-africano, Botswana Democratic Party no caso do Botswana. Nestes dois casos, sobretudo a respeito do Botswana, os partidos dominantes sofrem o que mesmo no Ocidente costuma acontecer: depois de décadas no poder, sempre entra-se em desgaste, com políticas cada vez menos eficazes, corrupção, elite que só olham para a manutenção do poder. Neste sentido, não podemos descartar a hipótese de que na própria África do Sul, futuramente, possa haver um revês do partido que domina a cena política local, se o ANC continuar com políticas ineficazes e pouco inclusivas.

**Tem dois casos, no interior da África Austral, ou seja, Angola e Moçambique, mas na África Ocidental a Guiné-Bissau também, que representam uma exceção, uma vez que os partidos hegemónicos (MPLA e FRELIMO) provavelmente perderam as eleições, respectivamente em 2022 e em 2024, mas não querem ceder o poder, e os processos eleitorais não são transparentes. Existe, na sua opinião, um “factor lusófono” cultural e histórico, ou trata-se apenas de um caso?**

Não diria que existe um “factor lusófono”, porque temos também o caso virtuoso de Cabo Verde; entretanto não podemos dizer que a situação de Angola e Moçambique não seja um caso. Acima de tudo, a descolonização foi violenta, com grande influência da guerra fria que tinha consolidado formas autoritárias de poder. Além disso, a saída complicada das guerras civis, principalmente no caso angolano, não foram completas, acabando por fortalecer o poder de quem já o detinha. Provavelmente isto foi o fruto de uma raiz histórica determinada, a do marxismo-leninismo. É verdade que MPLA e FRELIMO já abandonaram há muito tempo o marxismo-leninismo, mas eles trouxeram para a transição democrática a tradição do centralismo democrático que influenciou sobremaneira a forma como estes dois partidos moldaram os novos sistemas institucionais a partir da década de 1990. Por isso estes dois partidos olharam mais para a manutenção do poder do que para uma transição para uma democracia autenticamente liberal. Isso não significa que Angola e Moçambique serão países eternamente caracterizados pelo autoritarismo, embora no seu caso a existência de recursos naturais significativos favorece a manutenção das elites políticas no poder, devido ao facto de que a comunidade internacional ocidental, até hoje, preferiu privilegiar os partidos dominantes, que tutelaram os investimentos externos, ao invés de apostar numa mudança político-institucional julgada arriscada e, portanto, não aconselhável.

**As eleições americanas nos proporcionaram uma grande mudança. O que podemos esperar da política de Trump, principalmente no que diz respeito a Moçambique, que se encontra ainda numa fase pós-eleitoral conturbada, de que não se vê o fim?**

Trump representa uma incógnita; com efeito, com as presidências democráticas tinha um interesse maior para com a África, ao passo que Trump poderia simplesmente decidir em desinteressar-se deste continente, deixando à Europa esta tarefa, apesar da inexistência de

uma política externa europeia. Ou Trump pode aceitar o desafio da competição global com a China, mas limitadamente à área do Pacífico, e não do Índico, excluindo, portanto, mais uma vez, a África da sua agenda estratégica. Ou, finalmente, pode decidir de investir em alguns regimes africanos, sustentando-os, numa óptica de contenção da ascensão global da China. A este propósito quero realçar que a atenção que a China reservou à África é importante, mas a China também se depara, ao penetrar em África, com situações embaraçosas do ponto de vista da gestão política. As crises africanas são complexas e geralmente nunca envolvem um só país. Concluindo: a política africana de Trump continua um grande ponto de interrogação, que só os próximos meses poderão desvendar.